



CARACTERÍSTICAS E POSICIONAMENTO DOS ATORES NOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS INERENTES À CONSTRUÇÃO DAS HIDROELÉTRICAS NO RIO MADEIRA

**Eduardo Renato Zimmerli¹
Osmar Siena²**

Resumo

O estudo visou identificar os atores, suas características e posicionamentos nos principais conflitos socioambientais inerentes à construção das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau no Rio Madeira. Documentos sobre a temática foram as fontes dos dados e para tratamento foi adotada a análise de conteúdo. Foram analisados 205 dentre os mais de 600 documentos localizados sobre a questão, selecionados porque continham informações relevantes sobre o estudo proposto. Para caracterização dos atores identificados e seus posicionamentos, foram adotadas as abordagens propostas por Glória Vargas e Elimar Nascimento. Constatou-se que os atores giram em torno de poucos conflitos macros, quais sejam: Licenciamento; Internacional; Étnico; Estrada de Ferro Madeira Mamoré, Bairro Triângulo; Deslocamento Populacional. O posicionamento dos atores foi de promoção ou de veto até a concretização dos licenciamentos, quando arrefeceu em torno de apoio e oposição.

Recebimento: 31/8/2013 • Aceite: 14/11/2014

¹ Mestre em Administração pelo Programa de Pós-Graduação Mestrado em Administração da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), RO, Brasil. E-mail: edizimmerli@yahoo.com.br

² Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. Universidade Federal de Rondônia (UNIR), RO, Brasil. E-mail: osmar_siena@uol.com.br.

Palavras-chave: Conflitos Socioambientais; Posicionamento; Atores

SOCIO-ENVIRONMENTAL ACTOR FEATURES AND POSITIONING IN CONFLICT REGARDING THE MADEIRA RIVER HYDROELECTRIC PLANT CONSTRUCTION

Abstract

The study aimed to identify the actors, their characteristics and positions in major environmental conflicts inherent to the construction of the Santo Antônio and Jirau hydroelectric power plants on the Madeira River. Papers on the subject were the data source and content analysis was adopted for their treatment. There was an analysis of 205 out of the more than 600 documents found on the issue, selected due to their relevant information about the proposed study. For the characterization of actors and their positions, the approaches proposed by Gloria Vargas and Elimar Nascimento were adopted. Actors were found out to have been revolving around a few macro conflicts, which are: Licensing, International, Ethnicity, the Madeira Mamore Railroad, Triangulo Village, Population Displacement. Regarding the positioning of the actors, it was found out to be promoting or vetoing until the licensing achievement, when it cooled around support and opposition.

Keywords: Socio-environmental conflicts; Positioning; Actors

Introdução

O processo de geração de energia elétrica adotado no Brasil é o hidráulico e tendo a Amazônia grande potencial hídrico, do ponto de vista econômico, é sem surpresa que exista a previsão de construção de várias hidrelétricas na região. Entre essas hidroelétricas prioritárias estão as duas no Rio Madeira, a Usina Hidroelétrica (UHE) de Santo Antônio com capacidade final prevista de 3.150 MW e a UHE de Jirau, com 3.300 MW, formando o chamado Complexo do Rio Madeira, no município de Porto Velho (RO). Importante frisar que será necessária uma linha de transmissão de 2.375 km para ligar esta produção ao Sistema Interligado Nacional (SIN) até a Região Sudeste, região que absorverá esta produção.

O investimento para o conjunto de projetos do Complexo do Rio Madeira foi estimado em R\$ 36 bilhões e conta com financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Banco da Amazônia (BASA), entre outros, de R\$ 23,16 bilhões. As obras destas unidades chegaram a envolver diretamente cerca de 25.000 trabalhadores e, indiretamente, outras 75.000 pessoas no auge da construção.

Um empreendimento desta envergadura necessita cumprir um processo designado de Licenciamento que tem um ritual complexo e de difícil compreensão para leigos. Há envolvimento de diversas agências e órgãos governamentais, empresas de consultoria e investidores, o que significa uma diversidade de interesses, requerendo um jogo político complexo. Este processo se inicia com a autorização do Estudo de Inventário do campo a ser afetado, a análise dos impactos sociais e ambientais possíveis, os programas de mitigação e de compensação dos impactos inevitáveis consequentes das ações antrópicas, sejam antes, durante ou depois destas e finalmente as licenças: prévia, de instalação e de operação. Neste processo, o arcabouço institucional brasileiro permite que sociedade se una em defesa de “[...] um direito fundamental coletivo – o meio ambiente ecologicamente equilibrado.” (BENITES; MAGANHINI, 2011, p.3) quando é afetada por obras impactantes. Assim, a sociedade se manifesta a partir dos seus atores, oriundos de diversos espaços e interesses sociais - famílias diretamente afetadas pelo impacto ambiental negativo, ambientalistas, pesquisadores, instituições acadêmicas, sindicatos, associações, organizações não-governamentais, entidades ecumênicas, órgãos de controle e de fiscalização – que se manifestam em forma de

campanhas, movimentos, fóruns, monções e cartas abertas, ações judiciais, etc.

Entre idealização do projeto de construção do Complexo do Rio Madeira há quase duas décadas e sua apresentação na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, em outubro de 2003, houve muita movimentação política. No entanto, foi a partir da liberação da Licença Prévia (LP), em julho de 2007, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) que se apresentam mais visíveis aos conflitos inerentes às obras destes empreendimentos. Os confrontos decorrentes de diferenças de posições e de interesses, aqui tratados como conflitos socioambientais, e o movimento de grupos sociais que se mobilizaram em torno da defesa de suas posições são o foco deste artigo.

Para desenvolvimento da pesquisa, partiu-se de uma questão deixada por Alonso e Costa (2000) sobre conflitos socioambientais: a que formas de organização e estruturas de mobilização os atores envolvidos nas questões socioambientais recorrem? Para responder à indagação, buscou-se identificar os principais atores, suas características e posicionamentos nos principais conflitos socioambientais inerentes à construção das Hidrelétricas de Santo Antônio e do Jirau no Rio Madeira. O hiato temporal da pesquisa vai do momento da aprovação das obras em 2005 até março de 2012.

Referencial Teórico

Embora as questões ambientais sejam de interesse de alguns e de nações há tempos, elas apenas começaram a fazer parte efetiva das preocupações da sociedade a partir do início da segunda metade do século XX, com a publicação da Primavera Silenciosa de Rachel Carson, em 1962, a respeito do uso de agrotóxicos, ganhando dimensões globais quando do vazamento de gases tóxicos no ano de 1984, em Bophal, e o acidente nuclear de Chernobyl em 1986.

Em reação às preocupações mundiais, organizou-se então a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano ocorrida em Estocolmo, em 1972. Foi nesta conferência que se apresentou ao mundo o termo 'meio ambiente' (SACHS, 2000). A seguir, foram organizadas várias outras convenções até que, em 1983, foi criada a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da Nações Unidas (ONU), que apresentou, em 1987, o Relatório Brundtland, desnudando para o mundo “[...] os limites da racionalidade e os desafios da degradação ambiental ao projeto

civilizatório da modernidade.” (LEFF, 2008, p. 16). Neste relatório foi definida a expressão desenvolvimento sustentável e, depois, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – RIO 92, popularizada a expressão ‘desenvolvimento sustentável’, ratificando o ingresso das questões ambientais na agenda governamental. Como consequência, ocorre a propagação do tema, movimentando a sociedade como um todo, impondo, por sua vez, a inserção de suas questões nas políticas públicas. Até então, o mundo desprezava ainda mais as desigualdades provocadas pelo modelo de desenvolvimento, em especial as desigualdades socioambientais. A ótica capitalista predominante focava quase que exclusivamente em questões de produção com base em resultados máximos, considerando recursos naturais infinitos, entendendo as restrições impostas pela racionalização do uso dos mesmos como obstáculos a serem administrados, reduzindo conflitos ambientais a limitações tecnológicas (PORTO; MILANEZ, 2009).

Decorridas mais de duas décadas da Rio 92, o ponto positivo é que a sociedade civil está participando mais das decisões políticas em geral. O resultante deste maior espaço participativo é a busca por resultados pragmáticos, pautados pelas influências de interesses organizados e representados na esfera pública, nem sempre muito claros. O efeito colateral é que o movimento ambientalista originário acabou por perder parte de sua força na sociedade, que o confunde com radicalismo preservacionista, deixando lugar para uma atitude mais de consenso, prevalecendo uma posição mais sustentabilista, que defende a possibilidade de conciliar desenvolvimento econômico e preservação ambiental, concepção sintetizada no conceito de desenvolvimento sustentável.

Se, por um lado, o movimento social fragmentou-se, profissionalizou-se, inserindo-se nas mais diversas esferas de decisão governamental inerentes às questões ambientais; por outro lado, emergiram as ‘ciências ambientais’, elevadas ao status intelectual, promovendo progressiva diferenciação entre as esferas política e científica, criando novas metodologias de pesquisa e instrumentos de mensuração e aferição de riscos ambientais (ALONSO; COSTA, 2000).

Enfim, a diversidade de interesses envolvidos na conscientização ambientalista vai de encontro com os ideais preconizados por aqueles que defendem a viabilidade da manutenção das práticas tradicionais, imortalizadas no imaginário popular, gerando uma série de desentendimentos internos e externos entre a filosofia autossustentável e a lógica progressista.

Como constatação, a popularização do tema ambiental, ao invés de trazer respostas às questões já antigas, vem trazendo, cada vez mais, dúvidas a respeito de soluções consensuais das questões ambientais que, por sua vez, geram conflitos socioambientais. Concomitantemente, esta popularização trouxe as questões ambientais para o dia a dia da sociedade, que de uma ou outra forma, pode se expressar e reivindicar direitos quando se sente prejudicada. Esta atitude expõe as razões da afetação dos direitos para a população de modo geral, empurrando o governo a tomar conhecimento e posição. Tudo isto é de interesse da mídia e assim se cria um círculo de informações, socializando os dados e ocorrências e movimentando a sociedade. Estes eventos, que afetam o ambiente com consequências para a sociedade e vice-versa, são chamados neste artigo de conflitos socioambientais.

Os conflitos fazem parte da evolução da humanidade e são agentes de mudança nas relações familiares, sociais, políticas e organizacionais (NASCIMENTO; EL SAYED, 2002). Os conflitos têm tido na academia frentes de estudo diversas: Sociologia, Economia, Antropologia, Psicologia, Ciência Política, dentre outras. (ALONSO; COSTA, 2002; BARBANTI JR., 2002; VARGAS, 2007). Os cientistas sociais, por exemplo, estudam os conflitos sociais a partir de duas abordagens predominantes oriundas da Sociologia e da Economia Política (BARBANTI JR., 2002).

Em uma visão decorrente de uma dessas abordagens, os conflitos socioambientais são estudados a partir das concepções do movimento por justiça ambiental, em contraposição à visão hegemônica da modernização ecológica. Essa abordagem aponta a desigualdade de acesso à proteção ambiental (ACSELRAD, 2002) como questão crítica. Sendo o movimento por justiça ambiental uma ação coletiva, manifesta-se em dois planos:

[...] no plano da distribuição objetiva dos efeitos ambientais das práticas sociais [...] exprime a diferença de poder sobre os recursos ambientais entre os distintos grupos sociais; [...] no plano discursivo em que vigoram distintos esquemas de representação do mundo, do ambiente, da justiça etc.; neste plano, coloca-se em jogo a legitimidade do modo de distribuição do poder sobre os recursos ambientais (ACSELRAD, 2002, p. 55).

Tomando como base o procedimento para caracterização das condições da existência teórica e prática dos grupos sociais de Pierre Bourdieu, Acselrad (2002; 2004) denomina estes dois planos como objetivista e subjetivista de análise, respectivamente, o que permite, segundo o autor, a análise dos movimentos sociais a partir de sua intervenção nesses dois níveis do espaço social: o da distribuição do poder e o da luta discursiva.

Pela ótica objetivista, os grupos sociais são distribuídos em função de sua disposição diferencial sobre elementos de poder. Trata-se do espaço relacional das posições sociais ocupadas pelos agentes sociais em função da estrutura de distribuição de tipos específicos de meios de poder. Na ótica subjetivista, distinguem-se as representações que os atores fazem do mundo social, pontos de vista que contribuem para a construção deste mesmo mundo, inclusive da diferenciação social dos indivíduos que o caracterizam. Observa-se a configuração dos esquemas classificatórios, princípios de classificação, de visão e divisão do mundo social. Apresentando um caso específico, Acselrad (2002) conclui a análise a partir dessas óticas afirmando que os ‘dados’ da desigualdade de poder no espaço social ‘já existiam’ e que foi a luta social que lhes deu visibilidade, contestando sua legitimidade. Desta forma, a força simbólica do movimento de justiça ambiental decorre de sua capacidade de estender a matriz dos direitos civis ao campo do meio ambiente, de politizar, nacionalizar e unificar uma multiplicidade de embates localizados; e de elaborar uma ‘classificação’ dos grupos sociais compatível com a posição diferencial reconhecível dos indivíduos no espaço social.

Portanto, o interesse por estudos sobre a temática conflito socioambiental, além de recente, transcende as delimitações de uma única área de conhecimento, constituindo-se em um campo “multi, inter e transdisciplinar” (PATO, 2005; BARBIERI, 2004). Em verdade, a preocupação com os problemas ambientais entrou nas agendas do *establishment* político e empresarial capitalista há pouco mais de duas décadas, essencialmente porque “[...] a destruição ambiental compromete a reprodução do capital.” (BARBANTI JR., 2002, p. 2).

Assim, a evolução e desenvolvimento do conhecimento em torno dessa temática, em especial no que tange a conflitos socioambientais, têm procurado abordagens que superem as origens distintas deste fenômeno. Estudar algo que seja socioambiental exige o diálogo entre os paradigmas que amparam as ciências sociais e aqueles que amparam as ciências naturais, pois não se trata de estudar a dimensão ambiental ou a social separadas. Faz-se necessário encontrar

uma abordagem que abarque simultaneamente estas dimensões. Da necessidade de se lidar com duas dimensões, a social e a biofísica, emergem vertentes com diferentes paradigmas: aqueles que balizam as ciências sociais e aqueles que balizam as ciências naturais. Nas palavras de Muniz (2000, p.20)

Se a análise social confronta o desafio de incorporar as dinâmicas do mundo biofísico dentro de sua prática, as ciências naturais enfrentam o desafio inverso: no seu entendimento dos distintos ciclos naturais teria que levar em conta o mundo humano e suas estruturas políticas e socioeconômicas.

Nesta perspectiva, outra linha teórica que se consolida é a denominada Ecologia Política. Suas características superam as limitações fronteiriças elencando como foco estudar as relações entre os atores, suas interações. Essa abordagem também se diferencia ao unir conceitos como marcos temporais e limitações geográficas distintos, adequados às dimensões estudadas (LITTLE, 2006). Dessa forma, tem-se que conflitos socioambientais são disputas entre grupos sociais ou atores em função de seu relacionamento com a natureza e seus recursos.

Para Nascimento (2001, p.96) “Não há conflito sem que haja um *objeto em disputa* (grifo do autor), podendo ser material ou simbólico, divisível ou indivisível, laico ou profano, real ou irreal.” Para o referido autor, os objetos em disputa são sempre bens ou recursos escassos, ou vistos desta forma, sendo a força motriz da movimentação dos atores.

Este trabalho se utiliza da designação ‘atores’ com o sentido definido por Dubar (2004), em que o ator é o sujeito de uma ação racional, autônomo, municiado de vontade própria, capaz de escolhas e de manipulação, não apenas se adaptando, mas se aproveitando das oportunidades disponíveis.

Para Nascimento, “[...] todo conflito reúne um conjunto de atores que se posicionam e se dispõem diferentemente entre si, articulam-se ou se opõem. [...] Nunca estão estáticos, e nem sempre perceptíveis em seus movimentos.” (2001, p. 95). O referido autor defende ainda que “Os atores podem ser definidos como indivíduos, grupos ou organizações de identidade própria, reconhecidos por outros, com capacidade de modificar seu ambiente de atuação.” (2001, p. 95).

Evidentemente, os atores mudam segundo a natureza dos conflitos, se são de ordem econômica, administrativa, ideológica, enfim, a cada caso há atores diferentes. Para entender, mediar ou arbitrar os conflitos é imprescindível a identificação dos atores envolvidos.

Para Vargas (2007), os atores apresentam três características diversas: 1. Diferenças no nível de conhecimento e informação; 2. Diferenças de recursos e de poder; 3. Diferenças nos aspectos culturais.

O conhecimento e a capacidade de manejo da informação não é uniforme entre os atores. Vargas (2007) afirma que, de forma geral, as comunidades ribeirinhas, camponesas e minorias étnicas têm pouco acesso à informação. Em contrapartida, os detentores de recursos econômicos e políticos têm mais acesso a este conhecimento e informações.

Outra diferenciação feita por Vargas (2007) é sobre a assimetria de poder entre os grupos de atores: além de desnivelar o acesso ao conhecimento, desnivela a capacidade de influência na construção do resultado, já que esse poder se concretiza em termos políticos, econômicos e sociais. Segundo Vargas (2007, p.11), cada grupo social tem “[...] uma forma de relação e de apropriação dos recursos naturais, devido a aspectos culturais. As concepções sobre as formas de uso e aproveitamento dos recursos são diferentes, o que determina ações diferenciadas frente ao ambiente.”

Nascimento, por sua vez, afirma que “[...] os atores não têm apenas interesses distintos quando se encontram em conflito, mas também sentimentos, percepções e racionalidades diferentes.” (2001, p. 95). O referido autor afirma que todo conflito tem “[...] um conjunto de atores que se posicionam e se dispõe diferentemente entre si, articulam-se ou se opõe. Movimentam-se constantemente, ocupando ora uns lugares, ora outros, pronunciando discursos nem sempre coerentes.” (2001, p. 95). Nascimento distingue os atores segundo seu posicionamento frente aos conflitos: 1. Promoção, quando estão se movem para um determinado resultado; 2. Apoio, quando têm posicionamento favorável a um resultado; 3. Neutralidade, quando não se posicionam em favor de ninguém; 4. Oposição, quando não se dispõem a aceitar um resultado; e 5. Veto, quando se utilizam de todos os recursos para que um resultado não ocorra.

No quadro 1 são apresentadas duas classificações em relação a atores enquanto promotores de ações sociais.

Quadro 1: Atores: Características e posicionamento

Características entre atores (VARGAS, 2007)	Diferenças no nível de informação
	Diferenças de recursos e poder
	Diferenças nos aspectos culturais
Posicionamento dos atores (NASCIMENTO, 2001)	Promoção
	Apoio
	Neutralidade
	Oposição
	Veto

Fonte: Adaptado de Vargas, 2007 e Nascimento, 2001.

O campo do conflito, tanto o geográfico quanto o social, é o território, o espaço “[...] onde se trava a luta entre os atores, com regras próprias de funcionamento, que define as possibilidades de ação dos atores em jogo.” (NASCIMENTO, 2001, p.96). Os recursos a que os atores podem recorrer também têm limitações no campo do conflito, pois nem todos os recursos são passíveis de mobilização, sejam “[...] materiais ou simbólicos, silenciosos ou mediáticos, regidos por regras explícitas ou implícitas, por normas morais ou jurídicas (NASCIMENTO, 2001, p.96).”.

Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa adotou uma perspectiva qualitativa, partindo do pressuposto de que o mundo é entendido a partir da compreensão dos indivíduos envolvidos nas situações estudadas (VERGARA, 2005; CRESWELL, 2010). Com o intento de expor as características dos fenômenos, a pesquisa utilizou-se, majoritariamente, das técnicas da pesquisa documental com análise de conteúdo.

Foram localizados mais de 600 documentos sobre conflitos socioambientais inerentes a construção das usinas do Rio Madeira, produzidos entre 2005 a 2012, grande parte encontrada na biblioteca eletrônica do Ministério Público, nos sítios do IBAMA, Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Plataforma DHESCA), Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, Câmara Federal, entre outros, e em sítios dos atores envolvidos nos conflitos como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Amigos da Terra, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), entre outros. Foram

selecionados aqueles que continham informações relevantes sobre o estudo proposto, num total de 205. Este acervo foi aceito após pré-análise de sua autenticidade, representatividade, credibilidade e significação (FLICK, 2009). O universo de documentos se resume em: relatórios de análises do conteúdo dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) dos Aproveitamentos Hidrelétricos de Santo Antônio e Jirau; pareceres técnicos; Termos de Ajustamento de Conduta (TAC); manifestos; cartas; moções; informativos; cartilhas; atas de audiências, etc.

Os documentos foram analisados por meio dos softwares Atlas.ti 6 da Scientific Software Development e do Microsoft Excel de forma a organizar os resultados para análise.

Após a identificação dos atores em análise preliminar, chegou-se a um número superior a 250 atores, sendo 53 os mais representativos, que neste trabalho foram agrupados em 16 grupos distintos, levando-se em conta suas reações à afetação dos impactos, conforme quadro 2.

Quadro 2: Principais atores identificados

*- Ribeirinhos: Agricultor Extrativista Pescador artesanal *- Garimpeiros, fazendeiros, pecuaristas, pescadores empresários *- Núcleos urbanos, colonos *- Campesinos *- Minorias étnicas, ONG Kanindé *- MAB, ONG, OSCIPS *- Org. confessionais *- Org. ambientalistas *- Org. de representação: Laboral De Capital	*- Org. de conhecimento/pesquisa: Acadêmico De Conhecimento *- Mega organizações: construtor, gerador de energia, financeiro *- Município: SEMA Defesa Civil *-Agências: ANA ANEEL ALE, Câmara Federal IBAMA ICMBIO, CONAMA INCRA	IPHAN FUNAI *-União: MMA MC MJ MME MT MTIS, AGU, MPA MDA * - Estado: SEDAM, SESAU Defesa Civil PM, PM Bombeiros *- Internacional Interno/Itamarati Externo, coalisões
---	---	---

Fonte: Elaborado pelos autores.

As análises dos dados tiveram como finalidade responder às necessidades interpretativas do objetivo desta pesquisa, ou seja, caracterizar os atores e identificar seus posicionamentos. Nesse

processo também foram identificadas as principais relações dos atores entre si, parte de suas percepções e pretensões diante do conflito.

Os atores foram caracterizados de acordo com a proposta de Vargas (2007) e classificados quanto aos seus posicionamentos, utilizando-se a tipologia proposta por Nascimento (2001), conforme quadro 3.

Quadro 3: Esquema de caracterização e classificação dos atores

Atores	Diferenças de características dos atores (Vargas)			Posicionamento dos atores (Nascimento)				
	Diferenças no nível de informação	Diferenças de recursos e poder	Diferenças nos aspectos culturais	Promoção	Apoio	Neutralidade	Oposição	Veto

Fonte: Adaptação de Vargas, 2007 e Nascimento 2001.

Resultados e Discussão

Em pesquisa preliminar realizada pelos autores, foram identificados seis principais conflitos envolvendo a construção das usinas no Rio Madeira: conflito do licenciamento; conflito internacional; conflito étnico: indígenas; conflito da estada de ferro Madeira Mamoré (EFMM); conflito do Bairro Triângulo e conflito do deslocamento da população afetada.

A quantidade significativa dos atores envolvidos nos conflitos remete à inserção do tema no cotidiano da sociedade e contactou-se que a mobilização foi mais massiva e ativa em seu início, quando da movimentação em torno do impedimento das obras. Nessa fase, foram organizadas grandes mobilizações em defesa e veto à construção das usinas hidroelétricas (UHEs) do Rio Madeira. Os recursos de promotores e de opositores foram envidados de forma a mobilizar a sociedade como um todo, em especial a sociedade de Porto Velho.

Embora o projeto para construção do Complexo do Rio Madeira tenha se iniciado em 2003, foi em dezembro de 2005, com a apresentação dos estudos preliminares que a sociedade acabou por ter acesso às informações neles contidas e a partir daí, seja pela sociedade que entendeu a realidade da obra, seja pela conscientização dos mais diretamente afetados, os atores se movimentaram mais

expressivamente. Aqueles com menor representatividade acabaram por se agregar às organizações mais experientes nessas questões, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Amigos da Terra, Rede Rios Vivos, que têm ligações internacionais; organizações confessionais como o Conselho Indígena Missionário (CIMI) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), ligadas à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), também com experiência e apoio internacional; e, indiretamente, instituições acadêmicas, a partir de seus pesquisadores.

Assim, em janeiro de 2006, Organizações Não Governamentais (ONG's) e outros atores iniciaram sua organização planejada de modo a elaborar uma frente de veto à construção das usinas, culminando, dois meses após a divulgação dos estudos, com o lançamento da campanha Viva o Rio Madeira Vivo, por meio da divulgação da 'Cartilha Viva o Rio Madeira Vivo, diga não às usinas do Madeira'. Esta cartilha se caracteriza como o primeiro grande movimento de oposição à construção das obras. Produzida por pesquisador ligado à Universidade Federal de Rondônia (UNIR), com apoio de várias organizações (MORET, 2005). A essa campanha se agregaram muitos movimentos unindo várias representações, todos envidando o veto às obras. Essas mobilizações se arrefeceram quando da emissão da Licença de Provisória (LP), em julho de 2007, e mais ainda quando da emissão da Licença de Instalação (LI), em dezembro do mesmo ano, tornando-se possível constatar que o posicionamento dos atores opositores era de veto, até então, e não tinham outras reivindicações. Após a emissão da LP até a LI, a movimentação se concentrou em reverter a decisão já adotada.

Até meados de março de 2007, a movimentação explícita dos atores a favor do empreendimento foi muito discreta. Mudou a partir daí, quando já corriam boatos da possibilidade de uma postergação à Licença de Instalação (LI). Desta forma, quase que em uníssono, as movimentações dos atores se tornaram públicas a partir de inserções em plenárias nas instâncias legislativas, tendo como linha de justificativa o impedimento de outro episódio de 'apagão', geração de emprego e crescimento econômico.

Na Prefeitura Municipal de Porto Velho nasce, junto com entidades empresariais e sindicatos, um movimento pró-construção das usinas (DEUS, 2007). A favor da construção das obras, em Rondônia deflagrou-se a Campanha Usinas com caravanas, carreatas, *pit stops* e montagem de equipes volantes com a missão de arrecadar

assinaturas em favor das hidrelétricas. Esse movimento conta com o apoio político das prefeituras e do Estado.

Os atores identificados no Conflito do Licenciamento perfazem o total dos atores dos conflitos identificados, por sua natureza macro, envolvendo todos os atores inerentes aos cinco outros conflitos de instalação das obras. Os grupos de oposição ao projeto foram mais expositivos e usaram como meio esclarecer a população quanto aos impactos negativos da instalação das obras. Os grupos de aceitação das obras argumentavam apontando os benefícios vistos pela ótica desenvolvimentista.

A ação dos apoiadores das obras cria uma reação dos atores contrários que se concretiza a partir da realização de movimentos denunciando um clima de intimidação e uso da máquina pública. Pesquisadores promoveram debates públicos, boicotados pelos apoiadores das obras. Neste período os posicionamentos se tornam mais agressivos e ações legais foram intensificadas.

Mesmo após a Licença Prévia para a Usina de Santo Antônio, em 2008, os movimentos continuam intensos, em forma de denúncias e ações públicas, contra as Agências, a União e as empreiteiras, agora na tentativa de impedir o leilão da UHE de Jirau, além da reversão das licenças da UHE Santo Antônio. O fato é que as obras foram iniciadas e, em 2009, ocorreu a licença de operação da Usina de Santo Antônio e a licença de instalação de Jirau em 2009.

Denunciando e contestando o processo, ONG's descrevem as falhas no processo de licenciamento das UHEs Santo Antônio e Jirau, e ingressam com uma Representação no Ministério Público de Rondônia. O Ministério Público Federal e Estadual entram com uma ação Civil Pública Ambiental contra a ANEEL, IBAMA e ENERSUS (25/08), pleiteando a anulação do leilão e do contrato de concessão expedido, em razão da mudança do eixo da obra, por contrariar o edital do leilão, a Lei de Licitações e a legislação ambiental.

Em dezembro 2008, ocorreu o primeiro grande desastre ambiental na região da construção da Usina de Santo Antônio, em que morreram 11 toneladas de peixes. Segundo laudo do IBAMA, a causa foi a queda de nível de oxigênio nas águas, constatando negligência e imprudência do empreendedor. Como decorrência, foi lavrada multa de R\$ 7,7 milhões. Fato que hoje foi encampado como mais um argumento ambiental contra as obras.

A partir desta data, ocorreram diversos movimentos. No entanto, esses movimentos estão ligados à execução das obras, ou seja,

não são inerentes à instalação e sim aos procedimentos para a sua construção.

Nos quadros 4 e 5 são apresentadas as características e os posicionamentos dos atores envolvidos nos conflitos identificados. Para construção dos quadros, foi adotada a seguinte legenda:

Conflitos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Licenciamento 2. Internacional 3. Étnico: Indígenas 4. Estrada de Ferro Madeira Mamoré EFMM 5. Bairro Triângulo 6. Deslocamento da População Afetada
-----------	--

Quadro 4: Diferenças de características dos atores dos conflitos

		Características dos Atores																	
		Diferenças no Nível de Informação						Diferenças de recursos e poder						Diferenças nos aspectos culturais					
Ator	Conflito	1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	5	6
Ribeirinhos	agricultores, pescadores artesanais, extrativistas																		
	Garimpeiros, fazendeiros, pescadores empresários, pecuaristas, Nucleos urbanos, colonos, Camponeses																		
	Minorias étnicas, ONG Kanindê																		
	MAB, ONG, OSCIPS, Movimentos e redes																		
	Org. confessionais																		
	Org. ambientalistas																		
Orgão de representação	Laboral																		
	De Capital																		
Orgão de conhecimento	Acadêmico, Consultoria																		
Mega organizações	Construtores e financiadores																		
Agências	ANA																		
	ANEEL																		
	ALE, Câmara Federal																		
	IBAMA																		
	ICMBIO, CONAMA																		
	INCRA																		
	IPHAN																		
FUNAI																			
União	MDA																		
	MC																		
	MU																		
	MDE																		
	MT																		
	MTIS, AGU, MPA																		
	MDA																		
Estado	SEDAM, SESAU																		
	Defesa Civil																		
Município	PM, PM BOMB																		
	SEMA																		
Internacional	Defesa Civil																		
	Interno Itamarati																		
	Coalizão, Externo																		

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quadro 5: Posicionamentos dos atores dos conflitos

Atores		Posicionamento dos Atores																							
		Promoção				Apoio			Neutralidade					Oposição					Veto						
Ator	Conflito	1	2	3	4	1	2	3	1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	5
Ribeirinhos: agricultores, pescadores, fazendeiros, núcleos urbanos, colonos																									
Campeiros																									
Minorias étnicas e Oj Kanindê																									
MAB, ONG, OSCIPS e Redes																									
Org. confessionais																									
Org. ambientalistas																									
Orgão de representação	Laboral																								
	De Capital																								
Orgão de conhecimento	Acadêmico																								
	Consultoria																								
Mega organizações	Construtores e...																								
	Financiadores																								
Agências	ANA																								
	ANEEL																								
	ANEP																								
	IBAMA																								
	ICMBIO/CONAMA																								
	INCRA																								
	IPHAN																								
	FUNAI																								
União	MMA																								
	MC																								
	MJ																								
	MME, MT																								
	MTS																								
	AGU																								
	MPA																								
	MDA																								
Estado	SEDAM																								
	SESAU																								
	Defesa Civil																								
Município	PM BOMB																								
	SEMA																								
Internacional	Defesa Civil																								
	Interno Itamarati																								
	Coalizão Externa																								

Fonte: Elaborado pelos autores.

O Grupo dos Ribeirinhos, com pouca expressividade pública e recursos, devido a diferenças de poder e recursos e desnível de conhecimento real das consequências e alternativas possíveis, uniram-

se a grupos mais experientes, ONGs, principalmente aos Amigos da Terra e o MAB, e posicionaram como contrários e em posição de veto às obras. Os ribeirinhos e os campesinos impactados em território estrangeiro, atores com ascendência indígena também se uniram em torno de organizações mais fortes, formaram a ONG *Foro Boliviano sobre Medio Ambiente y Desarrollo* (FOBOMADE), junto com os pares brasileiros, se apoiaram muito na rede Amigos da Terra, no MAB e nas organizações confessionais, em especial a Via Campesina. Note-se que a região afetada é a região mais pobre da Bolívia e que os demais são relativamente indiferentes com o que ocorre nessa região, povoada por nativos, em sua maioria de etnias diversas da dos grandes centros desenvolvidos.

Os garimpeiros se manifestaram a partir de seu sindicato, também sem recursos e expressividade, apresentavam-se sempre junto a outros grupos, não se comprometendo às causas. Suas questões são culturais e tiveram um posicionamento em oposição às obras.

Fazendeiros, pecuaristas e empresários pescadores, mais esclarecidos, com maior poder econômico (ainda que sem fazer frente aos promotores das obras), no entanto, por não terem vínculos maiores com os elementos naturais e devido a uma visão mais fatalista da inexorabilidade das obras, manifestaram-se em apoio aos contrários, porém sem comprometimentos maiores, pleiteavam indenizações. São diferenciados por questões culturais, tendo posicionamento de oposição ao empreendimento.

Os moradores dos núcleos urbanos às margens do rio, os colonos dos assentamentos e os campesinos, grupos de poucos recursos, mas com grande motivação, uniram-se a grupos experientes, a exemplo dos Ribeirinhos. Esses atores são caracterizados por se diferenciarem culturalmente, dada sua ligação à natureza e a terra especificamente. Aqueles que moravam nos centros urbanos teriam seu modo de vida ceifado e aqueles que, finalmente, tinham conseguido seu sonhado pedaço de terra, perderam esta dura conquista.

O grupo das minorias étnicas foram representados pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), tiveram o apoio do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) além e de outras organizações confessionais e da ONG Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé (KANINDÉ). Sua motivação é cultural e seu posicionamento é de veto.

O MAB e ONG Amigos da Terra, com vínculos com as redes ambientalistas de todo o mundo, contaram com a simpatia de pesquisadores e academias. Junto com ONG's ambientalistas e a Via

Campesina conseguiram monções de Censura e uma Condenação do governo brasileiro. Pressionaram as organizações das quais o Brasil é associado, mas sem grande efeito prático. Sua característica principal é a diferença cultural e seu posicionamento é de veto quanto aos conflitos iniciais, do Licenciamento e Internacional e depois passa a ser de oposição, abrindo para negociações e mitigação das perdas.

A ONG Kanindé é promotora das manifestações das minorias étnicas, em especial indígenas. Tem experiência e ligações internacionais, acionou legalmente o Brasil em Fóruns Internacionais, conseguindo notas de censura e uma condenação. Sua característica é também sob aspecto cultural e teve uma posição de veto em todos os conflitos em que se pronunciou.

As organizações confessionais e as ambientalistas são as mais experientes e atuam há anos em defesa de seus interesses. Dada à envergadura da obra, o interesse internacional na Amazônia, estes grupos foram em grande número e acabaram por se unir a redes específicas para consolidação, representatividade e empoderamento. Financiaram e apoiaram as manifestações nacionais e internacionais a partir de suas redes internas, além de engrossarem o coro nos fóruns internacionais. Eles se diferenciam culturalmente e se posicionaram como veto aos empreendimentos e de oposição ao deslocamento da população atingida. Vale lembrar que os atores envolvidos Conflito do Licenciamento se uniram às redes e ONGs ligadas a afetados por impactos ambientais, sem terem sido, até aquele momento, atingidos pelas obras, uma vez que elas não haviam se iniciado. Havendo então uma motivação ideológica que se somaria à motivação prática de afetados.

Os Órgãos de representação se posicionaram de acordo com seus representados. Ênfase para representantes do capital que se caracterizam pela diferença de poder e recursos e seu posicionamento foi de promoção da realização das obras.

Há ainda os que representavam o conhecimento. De maneira geral, pode-se afirmar que se mantiveram em tom de neutralidade e sua característica principal é o seu diferencial de conhecimento. Os consultores se portaram como recomenda a ética profissional e os acadêmicos se manifestaram radicalmente contra o processo de licenciamento. Os pesquisadores se movimentaram a partir de seu sindicato e outras organizações as quais pertencem, sendo que alguns são ativistas de ONGs ambientalistas.

O grupo aqui chamado de mega organizações, tem seu diferencial nos recursos e poder e se pronunciaram como promotores da liberação do licenciamento e da continuidade das obras.

As Agências, presumivelmente não tomam posicionamento em favor ou contra as obras, agem conforme as normas que as regem. No entanto, o IBAMA foi frequentemente contestado por não cumprir suas funções sob a perspectiva dos contrários às obras, sofreu claras pressões político-partidárias, que lhe custaram demissões e mudanças de diretoria. A FUNAI, em vista dos impactos a serem absorvidos pelas populações indígenas, reconhecidas inclusive pelos consórcios, emitiu documento não se opondo a liberação das licenças. No conflito étnico, foi considerada pelos seus representados como omissa. Por fim, o IPHAN, também não reagiu à altura dos impactos previstos. Ainda que tenham ambos, FUNAI e IPHAN, se pronunciado na análise dos EIA/RIMA alertando a não contemplação de estudos a respeito dos assuntos de sua responsabilidade, não colocaram nenhum óbice à concessão das licenças.

O grupo União, da qual fazem parte os Ministérios, com a evidenciação maior dos MMA, ME e MT, da Casa Civil e da Presidência da República. O Ministério do Meio Ambiente, único defensor das questões ambientais, não resistiu às imposições políticas e os embates dos setores desenvolvimentistas.

O Governo do Estado posicionou-se fortemente como promotor das obras, passou uma imagem de decisão entre desenvolvimento ou o retorno à idade da pedra. Responde processo, junto com o município, de uso de poder e da máquina pública para interesses privados.

O Município também se posicionou em favor das obras.

A Assembleia Legislativa constituiu uma CPI, provocou audiências, convocou pessoas e fez um relatório final, enviado às instituições inerentes das quais ressaltamos FUNAI, FUNASA e ICMBIO, que não se manifestaram.

Quanto ao grupo internacional, exceção do Itamarati (Interno), todos tiveram posicionamento contra ao processo de licenciamento, não necessariamente às obras.

As coalizões internacionais conseguiram censuras e condenações. O Tribunal das Águas, a OIT e a OEA, se posicionaram em oposição às obras, solicitando precaução e completude dos estudos e procedimentos já estabelecidos.

Conclusões e Sugestões

A ineficácia histórica anteriores das defesas de minorias em empreendimentos semelhantes fez com que os grupos de atingidos, ou possíveis atingidos pelas Usinas do Rio Madeira, criassem novos formatos de movimentação. Constatou-se a formação de blocos de resistência à construção das hidrelétricas, em torno de redes mais experientes e de maior poder de influência. Se não foi conseguido o impedimento das obras, os atingidos aparentemente conseguiram mais avanços que seus pares no caso da Usina de Samuel, concluída na região na década de 1980, até hoje sem definição das indenizações.

Durante o processo de licenciamento, o posicionamento da maioria dos atores foi de veto às obras. Essas mobilizações se arrefeceram quando da emissão da Licença de Provisória (LP), em julho de 2007, e mais ainda quando da emissão da Licença de Instalação (LI), em dezembro do mesmo ano, tornando-se possível constatar que o posicionamento da maioria dos atores opositores era de veto e não tinham outras reivindicações.

Como já diagnosticado por outros autores, as audiências públicas, importantes avanços à resolução democrática das questões ambientais, foram executadas como forma de atendimento à lei, delas nada ou pouca contribuição se conseguiu para obter soluções. A disparidade de poder dos atores nestas arenas é grande. As audiências, embora prevejam a inclusão da sociedade nas decisões, não permitem sua participação efetiva, por omissão de informações e ausência de transparência nos procedimentos. Os opositores ao empreendimento foram tidos como românticos; defensores de um modo de vida antigo e ultrapassado, não condizente com a linha desenvolvimentista adotada pelo governo.

Embora os Ministérios Públicos, Federal e Estadual, tenham se movimentado, as decisões de suas ações tiveram uma média de resposta superior a 1000 dias, ou seja, quando já eram irreversíveis os acontecimentos.

O tratamento dos conflitos, causados pelo empreendimento, foram caracterizados pela hegemonia dos promotores do evento frente aos atingidos, com disparidade de poder e correlação de forças desproporcional. O comportamento adotado pelos gestores do processo refletiu o posicionamento de fato consumado como ponto de partida. Isto traz pouco avanço à democracia exigida pela sustentabilidade, empurra o tratamento de conflitos para o modelo de gestão, sem muito

interesse na divisão ou mitigação das perdas que exijam recursos dispendiosos.

A tipologia proposta por Nascimento (2001), adotada neste trabalho, posicionando os atores em cinco possíveis categorias, não contempla uma posição detectada neste estudo, que é a posição de omissão, que neste trabalho foi relacionada na posição de neutralidade. No entanto, neutralidade não reflete a atuação omissa de agências governamentais, como a FUNAI, o IPHAN e até do IBAMA, frente às situações apresentadas nos conflitos. Um desdobramento dos conflitos deste trabalho em termos de estudos de caso poderia identificar uma nova categoria que abrangesse de forma mais específica as possíveis situações das atuações e posicionamentos de atores.

Referências

ACSELRAD, H. Justiça ambiental e construção social do risco. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. n. 5, p. 49-60, jan./jun. 2002.

_____. Movimiento de Justicia Ambiental: estrategia argumentativa e fuerza simbólica. In: KIECHMANN, J. (Org.). **Ética Ecológica: propuesta para una reorientación**. Montevideo: Nordam-Comunidad, 2004.

ALONSO, Ângela; COSTA, Valeriano. Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico. **BIB Revista Brasileira de Informações Bibliográficas**, ANPOCS. n. 53, p.35-78, 2º Semestre 2002.

ALONSO, Ângela; COSTA, Valeriano. Por uma Sociologia dos conflitos ambientais no Brasil. **ANAIS. Encontro do Grupo Meio Ambiente e Desenvolvimento da CLACSO**. Rio de Janeiro 22 e 23 de novembro de 2000. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/ecologia/alonso.pdf>>. Acesso em: ago.2009.

BARBANTI JÚNIOR, Olympio. Conflitos socioambientais: teorias e práticas. **I Encontro Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**. Indaiatuba, SP. Novembro, 2002. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro/primeiro/encontro>>. Acesso em: 12 out.2011.

BARBIERI, João Carlos. Educação e a gestão ambiental em cursos de graduação em administração: objetivos, desafios e propostas. **Revista da Administração Pública**, n. 38, p.919-946, fac. 6, 2004.

BENITES, Magda Nascimento de Alcântara; MAGANHINI, Thais Bernardes. A participação popular como instrumento de proteção da Amazônia na criação das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau. **Observatório do Governo Eletrônico-UFSC**. Outubro de 2011. Disponível em <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/participa%C3%A7%C3%A3o-popular-como-instrumento-de-prote%C3%A7%C3%A3o-da-amaz%C3%B4nia-na-cria%C3%A7%C3%A3o-das-usinas-hidrel%C3%A9>>. Acesso em: set. 2012.

CRESWELL, J.. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Lopes, M. 3. ed. Porto Alegre: Artemed e Boockman, 2010.

DEUS, Nayara. Usinas, já: FECOMÉRCIO, CUT e Força Sindical lançam em Rondônia campanha em apoio às usinas do Rio Madeira. **Hora do Povo**, sítio eletrônico. Disponível em: <<http://www.horadopovo.com.br/2007/junho/06-06-07/pag5b.htm>>. Acesso em: dez. 2012.

DUBAR, Claude. Agente, ator, sujeito, autor: do semelhante ao mesmo. Artigo apresentado no **Primeiro Congresso da Associação Francesa de Sociologia**, em fevereiro de 2004. Disponível em: <http://publique.rdc.puc-rio.br/desigualdade/medias/Dubar_desdiv_n3.pdf>. Acesso em: nov. 2011.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2008.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

LITTLE, Paul E.. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes Antropológicos**, ano 12, n. 25, p.85-103, jan-jun 2006.

LITTLE, Paul E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BARTHOLO JÚNIOR, Roberto et al. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). **A difícil sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Garamound. 2001. p.107-122.

MORET, Artur de S. **Viva o Rio Madeira Vivo: diga não às barragens no Madeira**. Sítio eletrônico, 2005. Disponível em <<http://www.institutomadeiravivo.org/wp-content/plugins/riomadeiravivo/publicacoes/cartilhariomadeiravivo.pdf>>. Acesso em: abr. 2012.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Conflitos da sociedade moderna: uma introdução conceitual. In: BARTHOLO JÚNIOR, Roberto *et al.* BURSZTYN, Marcel (Org.). **A difícil sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Garamound. 2001. p.85-105.

MUNIZ, L. M. Ecologia política: o campo de estudo dos conflitos sócio-ambientais. São Luiz: UFMA, **Revista Pós Ciências Sociais**, v.6, n.12, 2010.

NASCIMENTO, Eunice Maria; EL SAYED, Kassen Mohamed. Administração de conflitos. In: _____. **Gestão do capital humano**. São Paulo: Gazeta, FAE Centro universitário, 2002, (Coleção Gestão Empresarial, v. 5). cap. 4. Disponível em: <http://someeducacional.com.br/apz/gestao_conflitos/4.pdf>. Acesso em: dez. 2010.

PATO, Claudia. Comportamento Ecológico: Chave para compreensão e resolução da degradação ambiental. **Democracia Viva**, n. 27, p.102-107, jun/jul 2005. Disponível em: <http://www.ibase.br/pubibase/media/dv27_indicadores_ibasenet.pdf>. Acesso em: dez. 2010.

PORTO, Marcelo Firpo; MILANEZ, Bruno. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça social. **Ciências & Saúde Coletiva**. n. 14, p.1983-1994, 2009.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

VARGAS, Glória Maria. Conflitos sociais e socioambientais: proposta de um marco teórico e metodológico. Uberlândia-MG, **Sociedade & Natureza**, n. 19, 2007. p.191-203.

VERGARA, Sylvia C. **Paradigmas sociológicos e análise organizacional, segundo Gibson Burrell e Gareth Morgan**. Mim. 1991. Texto disponibilizado para a turma de Mestrado em Administração Pública da EBAPE-FGV em março de 2005, quando ministrou a disciplina de Metodologia da Pesquisa Científica.